



destaques do mês

Projeto de Lei sobre eficiência energética é aprovado na Comissão de Infraestrutura

O projeto de Lei do Senado (PLS 430/2011), que altera a lei dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica (Lei 9.991/2000), teve a matéria aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, em decisão terminativa. De acordo com o Projeto de Lei, os recursos das distribuidoras de energia elétrica destinados a programas de eficiência energética deverão ser aplicados de forma prioritária em iniciativas da indústria nacional. A proposta visa garantir que os projetos da indústria nacional recebam prioridade na concessão de financiamentos. Pela Lei vigente, esses recursos são recolhidos de empresas concessionárias do setor de energia elétrica para investimentos em P&D e em eficiência energética. (16.03.2012 - Senado)

Governo busca redução nas tarifas de energia

O Governo tem várias alternativas desenhadas para baratear as tarifas de energia elétrica das concessões que vencem a partir de 2015, mas vê surgir divergências sobre o prazo que terão os contratos renovados. O Ministério da Fazenda defende que a prorrogação das concessões tenha prazos diferentes para evitar novamente uma situação em que acabem expirando de forma simultânea. Uma das possibilidades mais fortes é alocar todo o ganho com a renovação dos contratos que já tiveram investimentos amortizados na tarifa cobrada dos consumidores pelo uso da rede de transmissão. Ela representa de 6% a 7% das contas de luz residenciais e de 12% a 15% para grandes indústrias. A tarifa de uso do sistema de transmissão, conhecida pela sigla TUST, deverá custar R\$ 7 bilhões aos consumidores de energia elétrica em 2015. A Presidente Dilma Rousseff quer que a queda dos preços finais fique em dois dígitos para oficializar em breve a decisão, já praticamente tomada, de prorrogar as concessões. O preço médio da energia gerada pelas usinas cujas concessões estão expirando é de R\$ 93/MWh segundo a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). O Governo providencia um levantamento detalhado de todos os investimentos dessas usinas que já foram amortizados. Com essas informações, definirá o novo preço que as usinas vão receber para ter suas concessões prorrogadas, remunerando somente os custos de operação e manutenção do serviço. A alternativa de realização de novas licitações foi debatida nas recentes reuniões do Executivo. Nesse caso, além de também discutir os prazos das novas concessões, o Governo precisaria ainda estudar uma forma de destinar os ativos em questão. (15.03.2012 - Valor Econômico)

painel

■ ANTT prorroga prazo de consulta para revisão tarifária

A Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) prorrogou para o dia 20 de abril, o prazo para recebimento de contribuições para o processo de revisão tarifária das concessionárias de transporte ferroviário de cargas. Mais informações no site: www.antt.gov.br

■ Segundo leilão de transmissão de 2012 será realizado em 20 de abril

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou o edital do segundo leilão de transmissão de 2012, marcado para 20 de abril na sede da BM&F Bovespa, em São Paulo. O certame vai licitar linhas de transmissão da Rede Básica do Sistema Interligado e instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada (ICG), localizadas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Minas Gerais. Mais informações no site: www.aneel.gov.br

Licenciamento ambiental de UHEs demora em média três vezes mais que prazo determinado

Um estudo elaborado pelo Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) aponta que o licenciamento no Brasil para usinas hidrelétricas atinge um tempo médio, até a emissão da licença de instalação (LI) pelo IBAMA ou por órgãos estaduais, de 3,4 anos. Além disso, o tempo decorrido do início do processo até a emissão da licença prévia (LP) é de 2,7 anos. Segundo o estudo, os dados se tornam mais alarmantes porque mesmo com um prazo de 285 dias para emitir o Termo de Referência, a LP e a LI, o órgão ambiental demora cerca de três vezes mais. Um levantamento do Instituto Acende Brasil mostrou que os custos socioambientais chegam a 14,2% do valor do empreendimento. As linhas de transmissão também vêm sofrendo postergação no cronograma das obras devido a atrasos no licenciamento ambiental. Os prazos para entrada em operação das linhas de transmissão giram em torno de 18 a 24 meses, período incompatível, de acordo com o estudo, com a obtenção da licença prévia. O CBIE afirma que o prazo licitado para operação comercial gira em torno de 22 meses e o prazo médio para obtenção da LI é de 17 meses, restando apenas 5 meses para a execução das obras dentro do prazo contratual. (19.03.2012 – CanalEnergia)

■ Leilões A-3 e A-5 são adiados

Marcados para março e abril, os próximos leilões de energia elétrica A-3 e A-5 foram adiados pelo Ministério de Minas e Energia, respectivamente, para os dias 28 de junho e 16 de agosto. Mais informações: www.mme.org.br

Saneamento: apenas 7% de 114 obras no PAC estão prontas

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não tem feito jus ao nome quando o assunto é saneamento. Estudo inédito do Instituto Trata Brasil mostra que apenas 7%, isto é, oito das 114 obras voltadas às redes de coleta e sistemas de tratamento de esgotos em municípios com mais de 500 mil habitantes estavam concluídas em dezembro de 2011. O levantamento aponta ainda que 60% estão paralisadas, atrasadas ou não foram iniciadas. Os dados foram fornecidos por Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Siafi (Sistema Integrado de Informação Financeira do Governo Federal) e BNDES. As 114 obras totalizam R\$ 4,4 bilhões. (01.04.2012 – O Globo)

Governo quer criar o "IPTU da água"

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) vai encaminhar ao Congresso um Projeto de Lei para taxar o uso privado do espelho d'água, a faixa distante até 12 milhas (22 km) do litoral, considerada área da União. Se a medida for aprovada, terão de pagar o "IPTU da água" terminais portuários, plataformas, estaleiros e marinas. O Projeto de Lei, atualmente em preparação, é a saída da SPU, órgão ligado ao Ministério do Planejamento, para legitimar a cobrança. No ano passado, o órgão baixou portaria determinando a criação do tributo baseada em um decreto de 1946. Por ser uma norma infralegal, a portaria provocou protestos no setor portuário. A princípio, 130 terminais têm de arrecadar um percentual que varia de 0,3% a 0,5% sobre o investimento em infraestrutura (berços de atracação, por exemplo) e superestrutura (maquinários) feito no espelho d'água. (23.03.2012 – Valor Econômico)

Setor de PCH quer aumentar a competitividade

Diversas instituições do setor de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) assinaram a Carta de São Paulo, cobrando providências do Governo para que a fonte consiga voltar a comercializar energia nos leilões regulados. Nos últimos certames, nenhum MW proveniente de PCHs foi comercializado. O documento propõe que os agentes do setor façam uma campanha pública de esclarecimento da população sobre os benefícios da fonte e que a Aneel também faça outra campanha esclarecendo aos consumidores potencialmente livres quanto à possibilidade de exercerem o direito de escolha quanto ao seu fornecedor. A Carta, segundo Ivo Pugnaroni, Presidente da Enercons (uma das empresas que assinaram o documento), será entregue a autoridades governamentais junto com um estudo, que já foi encomendado, que quantifica os benefícios que as PCHs trazem para a confiabilidade do sistema elétrico. Um dos pleitos do setor, que constam no documento, é para que o Governo Federal trate as PCHs com efetiva isonomia tributária e de financiamento em comparação com outras fontes alternativas. Além disso, é preciso acelerar o procedimento de análise e aprovação de empreendimentos pela Aneel e pelos órgãos ambientais. Segundo a carta, as PCHs tem expressivo potencial no Brasil, havendo hoje 629 projetos básicos que somam 6.950 MW aguardando aprovação da Aneel. (23.03.2012 - CanalEnergia)

Governo prepara novo tipo de concessão rodoviária

Depois de 15 anos de experiências em concessões de rodovias, tanto o Governo Federal quanto os estaduais cogitam de ampliar o modelo de PPPs para administrar a malha de estradas pavimentadas do País. As novas parcerias rodoviárias apontam, inicialmente, para as concessões administrativas, previstas na Lei 11.079, de 2004, conhecida como Lei das Parcerias Público-Privadas. A principal diferença deste modelo em relação às concessões comuns é a existência de um contrato em que a administração pública se torna usuária direta ou indireta do serviço, ainda que envolva a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Assim, quem paga pelo serviço do concessionário é a administração pública e não mais o pedágio. O novo modelo pode solucionar uma equação que tende a ficar cada vez mais complexa, uma vez que as rodovias de maior fluxo de veículos e de maior atratividade ao investidor estão se esgotando para concessões. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em outubro de 2011, calcula que haja um pequeno percentual da malha federal, por volta de 2%, ainda passível de ser concedido para a iniciativa privada nos moldes de concessão comum. O Ipea calcula a necessidade de investimento em rodovias, para os próximos cinco anos, em R\$ 183,5 bilhões apenas para conservação e recuperação. Para garantir o desenvolvimento econômico e adequar a malha seriam necessários mais R\$ 32,2 bilhões ao ano. (26.03.2012 – Valor econômico)

Transporte de contêineres por ferrovia cresce 83 vezes desde 1997

O Balanço do Transporte Ferroviário de Cargas, divulgado pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) mostrou que a quantidade de contêineres transportados aumentou 8.210% entre 1997 e 2011, passando de 3.459 para 287.428 o número de operações registradas. No mesmo período, o número de vagões aumentou de 43,8 mil para quase 101 mil, enquanto a frota de locomotivas passou de 1.154 para 3.045. De todos os dados setoriais, de acordo com o Presidente da ANTF, Rodrigo Vilaça, o crescimento do número de contêineres em circulação e o total de vagões destinados a transportá-los foi o que mais o surpreendeu. A pesquisa também constatou que, no período de 15 anos analisado pelo documento, a produção ferroviária cresceu 111,7%, alcançando 290,5 bilhões de toneladas por quilômetro útil em 2011. O desempenho superou em duas vezes o crescimento do PIB brasileiro, que no mesmo período chegou a 54%. (09.04.2012 – Jornal do Brasil)

Subsídio da Petrobras cria déficit de R\$ 15 bilhões

A Petrobras já registra prejuízo superior a R\$ 15 bilhões com a defasagem entre os preços dos combustíveis praticados no Brasil e no exterior. Segundo cálculo feito pelo Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), esse déficit representa aumento de 138% em 2011. Segundo a instituição, o déficit que diminuía após o início da crise financeira, em 2008, voltou a se elevar em razão do avanço da cotação do petróleo e do consumo de combustíveis no País. Entre 2008 e 2011, o preço da commodity em Nova York passou de US\$ 80 o barril para mais de US\$ 100 o barril. A Petrobras comenta que vem alinhando seus preços internos às cotações internacionais de petróleo e derivados desde a total desregulamentação do setor, ocorrida em 2002. (02.04.2012 – Brasil Econômico)

Redução do tempo gasto por navios em portos

De acordo com a Secretaria de Portos, atualmente os navios podem levar até 17 dias entre a chegada aos portos no Brasil, a descarga dos contêineres e a saída da embarcação. Luís Cláudio Montenegro, Diretor do Departamento de Sistemas e Informações Portuárias da Secretaria de Portos, acredita que com os programas que já estão sendo implantados, será reduzido para dois dias o tempo entre a chegada e a saída das embarcações, como ocorre nos grandes portos do Mundo. Entre as ações que estão sendo implementadas pelo Governo, Montenegro destaca o Porto sem Papel, programa que concentra, de forma eletrônica na internet, informações enviadas pelas agências marítimas para a liberação de atracação e operação dos navios. Com ele, serão eliminados os trâmites de 112 documentos e 935 informações para seis órgãos diferentes. A Secretaria pretende melhorar, ainda, a gestão das cargas provenientes de acessos terrestres com o programa Cargas Inteligentes, similar ao Porto sem Papel. No programa, as informações das cargas vindas de rodovias, ferrovias e, em alguns casos, de hidrovias, serão repassadas com antecedência ao porto. (13.03.2012 – Jornal Agora)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de fevereiro de 2012 até 31 de dezembro de 2016

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	3.037	3.432	1.497	2.354	4.042	14.361
Otimista	3.037	3.462	1.497	2.354	4.042	14.391

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	3.375	825	0	1.350	0	5.551
Otimista	3.398	4.808	1.006	2.050	0	11.262

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.239	1.141	50	12	0	3.442
Otimista	3.488	3.317	782	691	0	8.279

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	8.652	5.398	1.546	3.716	4.042	23.354
Otimista	9.923	11.587	3.285	5.094	4.042	33.932

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

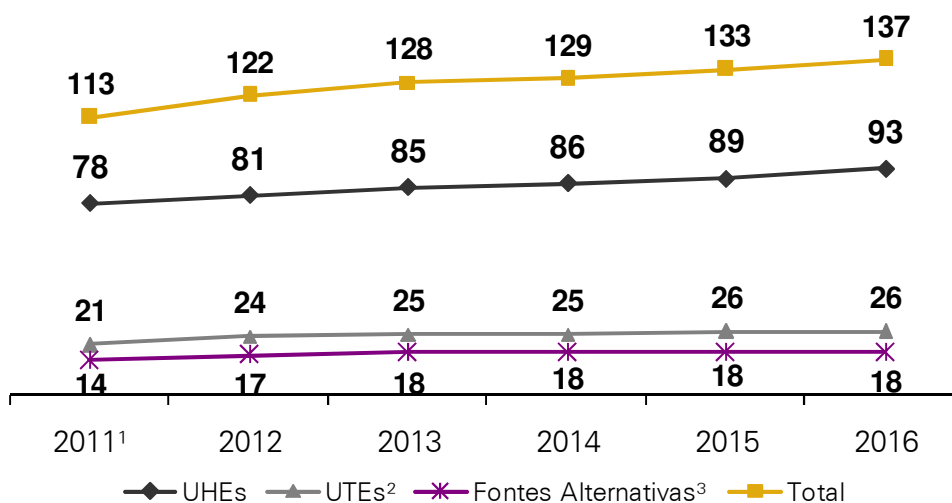
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 2,8% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de fevereiro de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 33,9 mil MW no período 2012-2016. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,4% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

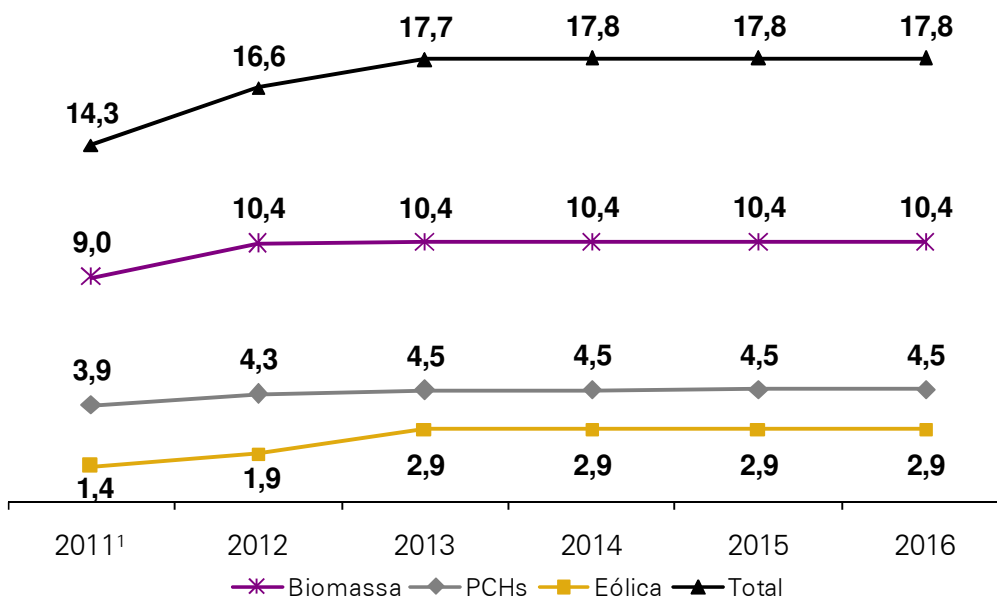
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

Entre fevereiro de 2012 e 2016, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 18% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 27% no mesmo período.

Em janeiro de 2012, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2016 deverão representar 68%. A participação na capacidade total instalada das UTEs deve aumentar de 18% para 19%.

A participação das usinas termelétricas (UTEs) a biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) também deve estabilizar e permanecer em 3% em 2016.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2016, deve aumentar de 1% para 2% .

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2012, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 8% e 3%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2016, apenas uma apresenta restrição para a contratação de 30 MW: Salto Curucaca (PR). No cenário conservador, 14,4 mil MW devem entrar no período.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11 mil MW até 2015, apenas 6 mil MW (51%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (primeira máquina em outubro). Contudo, por força dos novos conflitos na obra o cronograma ora previsto dificilmente será cumprido.

Apesar dos reflexos de Jirau, na usina de Santo Antonio as atividades de obra estão mantidas e em março deste ano, após vencer inúmeras dificuldades, o Consórcio de Santo Antonio pôs em operação comercial duas unidades geradoras, antecipando a geração em nove meses com relação à data do Contrato de Concessão. Prevê-se que até o final de 2012 pelo menos 10 unidades geradoras tenham sido disponibilizadas para o sistema interligado.

Até a entrada em operação do Sistema de Transmissão do Madeira, a energia gerada nas primeiras unidades da usina de Santo Antônio será fornecida por meio de uma subestação provisória de 465 MVA para o Sistema Acre - Rondônia, em conexão ao sistema interligado nacional, o que traz maior confiabilidade do sistema elétrico regional e benefícios ambientais, com a redução da geração térmica em Rondônia e Acre.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 595 MW de potência adicional até 2015. Já no cenário otimista, até 2015, devem entrar em operação 1,5 mil MW. As três usinas de PCHs integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW previstos.

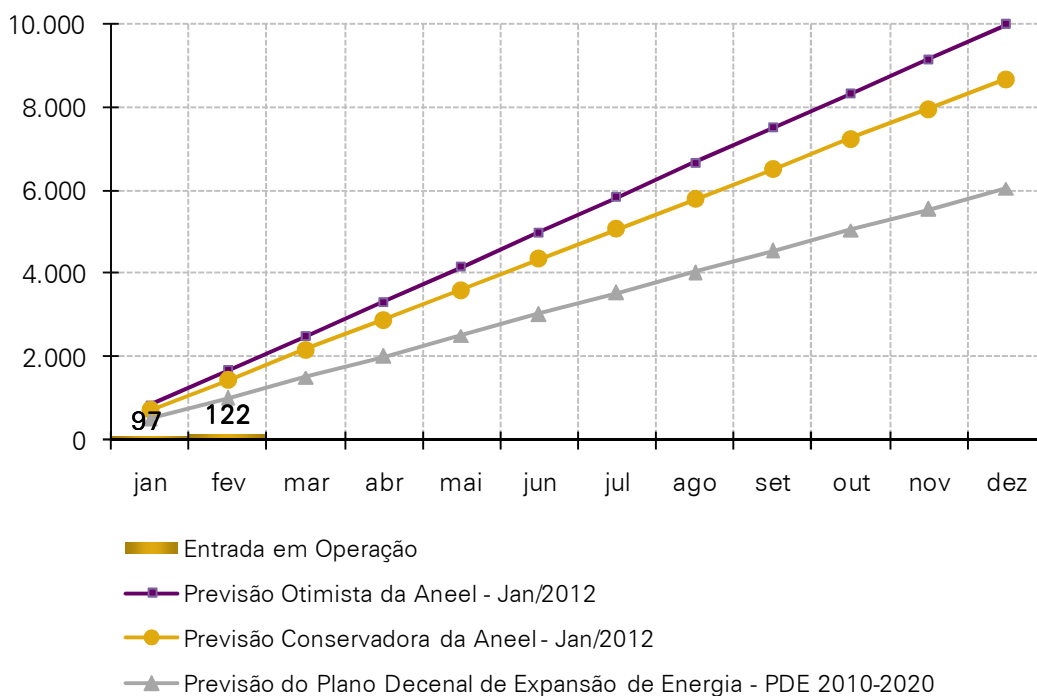
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,4 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2 mil MW até 2015. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas (EOL) devem acrescentar 1,4 MW até 2013, sendo 99 MW (7%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 4,8 mil MW até 2015. Destes, 99 MW (2%) são integrantes do PROINFA.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

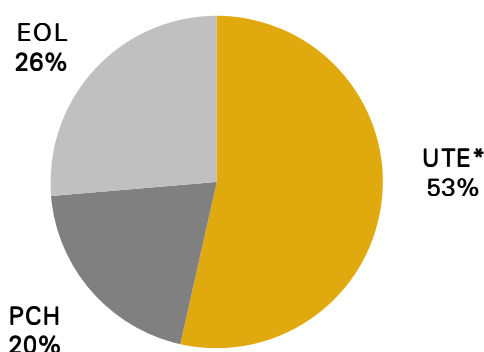
Expansão da Capacidade de Geração em 2012 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2012, até 15 de fevereiro, entraram em operação 122 MW. Desse total, as UTEs representaram 53% da potência total instalada e as PCHs representaram 20%. Já as EOLs representaram 26% da potência instalada. As UHEs e UTEs a biomassa não trouxeram incremento de capacidade no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de fevereiro de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em janeiro de 2012, 36.223 GWh, apresentando crescimento de 2% em relação a janeiro de 2011.

Projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apontam para um crescimento de 4,5% do consumo de energia elétrica da rede em 2012.

Em janeiro de 2012, o consumo industrial de energia elétrica foi de 14.481 GWh, valor similar ao observado em janeiro de 2011.

A Região Sudeste, que concentra 55% do consumo industrial de energia, apresentou retração de 3,6% no consumo de energia em comparação com janeiro de 2011. Nesse período, o Estado de São Paulo consumiu 1% menos de energia, seguido por Minas Gerais (-4,3%), Espírito Santo (-8%) e Rio de Janeiro (-13,3%).

As demais regiões apresentaram crescimento no consumo industrial, com destaque para a recuperação do consumo na Região Nordeste (3,5%), que fechara 2011 em queda. O Centro-Oeste continua como a região a apresentar a maior expansão no consumo industrial de energia (27%).

De acordo com a EPE, o desaquecimento da produção industrial e o aumento da autoprodução de energia foram os principais responsáveis pela estagnação do consumo de energia elétrica pelo setor industrial em janeiro de 2012 comparado a janeiro de 2011.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Janeiro 2011	Janeiro 2012	Var. %
Residencial	9.833	9.798	0
Industrial	14.471	14.481	0
Comercial	6.255	6.480	4
Outras	5.086	5.464	7
Total	35.645	36.223	2

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de janeiro de 2012 foi de 72 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 5% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a produção nacional de petróleo foi recorde.

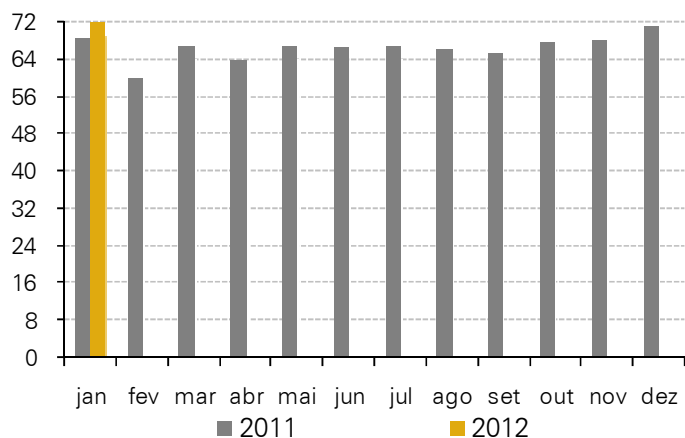
O grau API médio do petróleo produzido em janeiro de 2012 foi de aproximadamente 23,7°, sendo que 8% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 55% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 37% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

De acordo com a ANP, em janeiro de 2012, cerca de 92% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em janeiro de 2012, foi de 59 milhões bep. Esse volume foi 2% superior ao observado em janeiro de 2011. O volume de petróleo exportado pelo País, em janeiro de 2012, foi de 16 milhões bep, valor 6% superior ao exportado em janeiro de 2011.

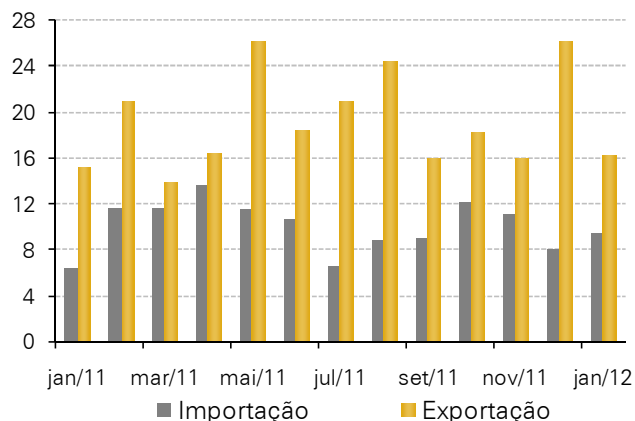
O preço médio do petróleo importado pelo País, em janeiro de 2011, foi de US\$ 119,31/barril, valor 19% superior ao observado em janeiro de 2011.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



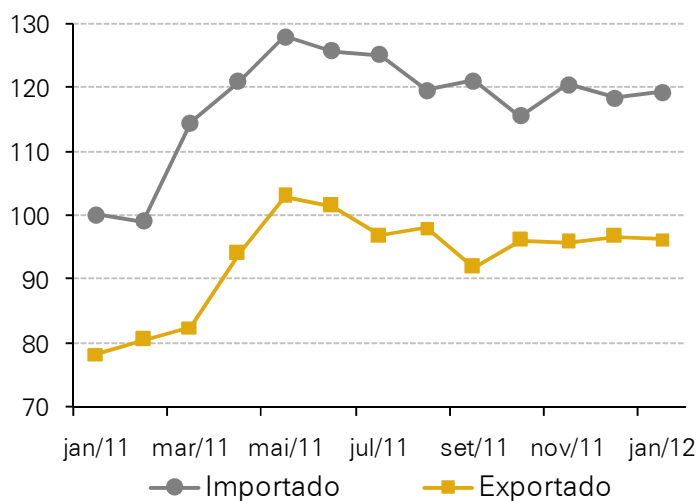
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

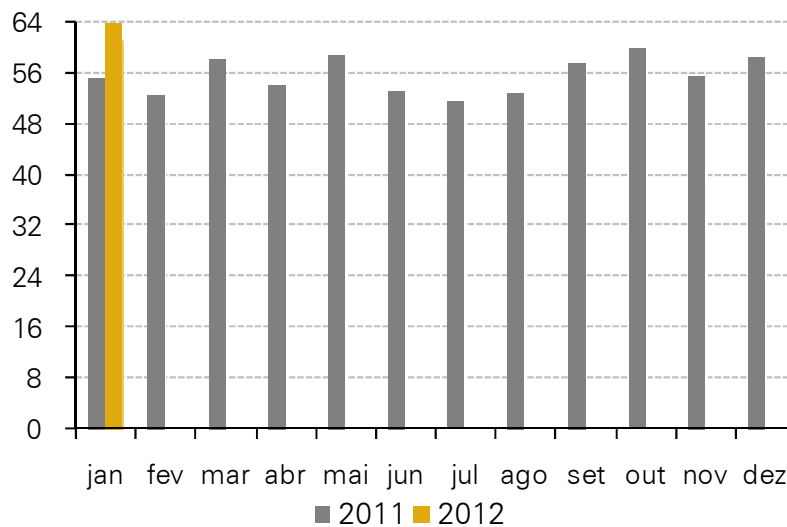


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em janeiro de 2012, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 63,7 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 16% superior ao produzido em janeiro de 2011.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões de bep)

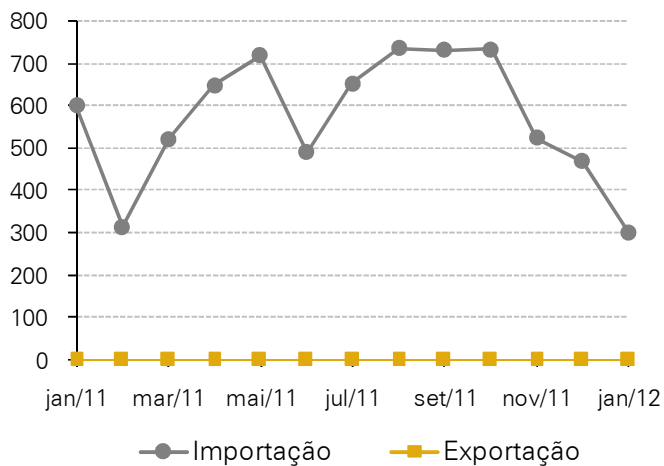


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em janeiro de 2012, foi de 10 milhões bep, valor 17% superior ao registrado em janeiro do ano anterior.

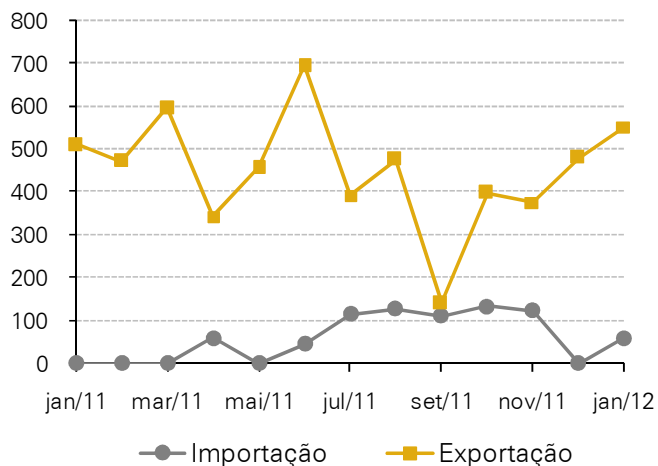
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em janeiro de 2012, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 6% inferior ao mesmo mês de 2011.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



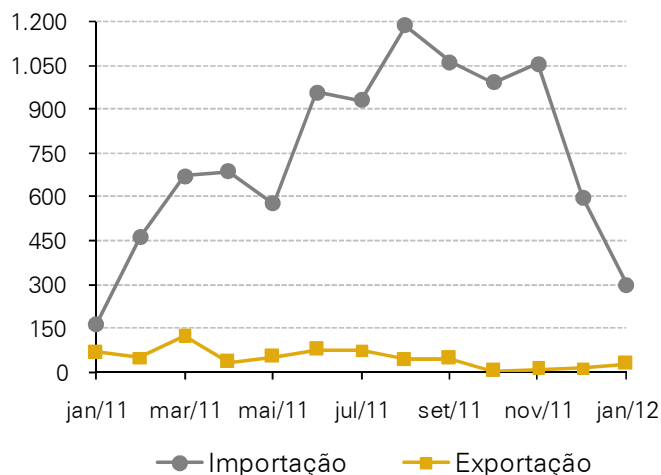
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)



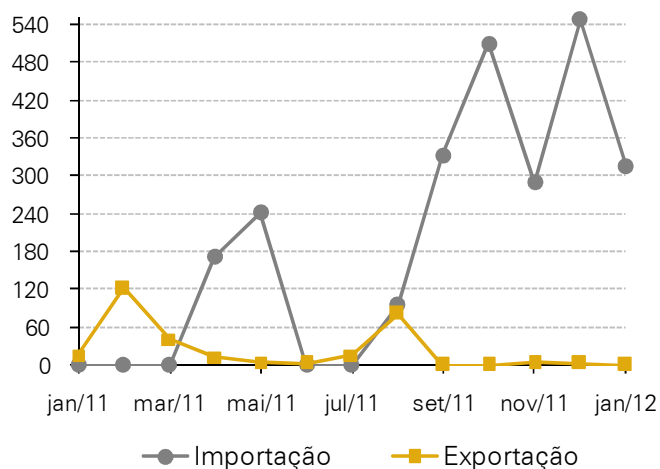
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em janeiro de 2012, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 5% na balança comercial de petróleo e derivados. Esse resultado deveu-se, principalmente, à importação líquida negativa de petróleo verificada naquele mês (ou seja, exportação superior à importação). No mesmo mês do ano anterior, a dependência externa foi negativa de 13%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	jan/2011	jan/2012
Produção de Petróleo (a)	68	72
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-9	-7
Imp. Líq. de Derivados (c)	1	3
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	60	68
Dependência Externa (e)=(d-a)	-8	-4
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-13	-5

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em janeiro de 2012, apresentou saldo positivo de US\$ FOB 240 milhões. Ou seja, o Brasil exportou US\$ FOB 240 milhões a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ FOB 395 milhões.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	jan/11	jan/12
Petróleo		
Receita com exportação (a)	1.188	1.554
Dispêndio com importação (b)	627	1.119
Balança Comercial (c)=(a-b)	562	435
Derivados		
Receita com exportação (d)	605	887
Dispêndio com importação (e)	771	1.082
Balança Comercial (f)=(d-e)	-167	-195
Petróleo e Derivados		
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.793	2.441
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.398	2.201
Balança Total (i)=(g)-(h)	395	240

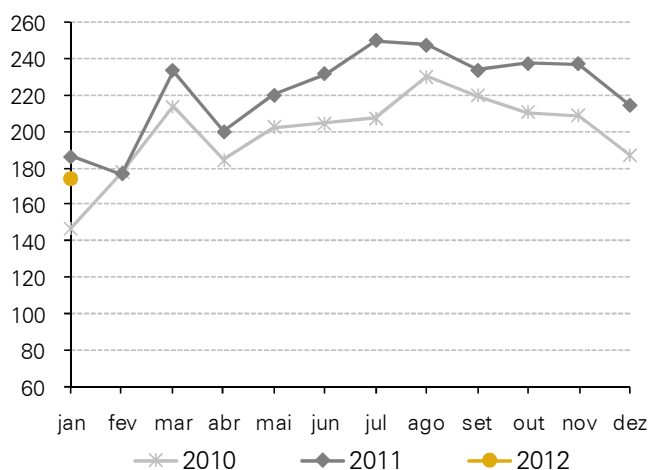
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

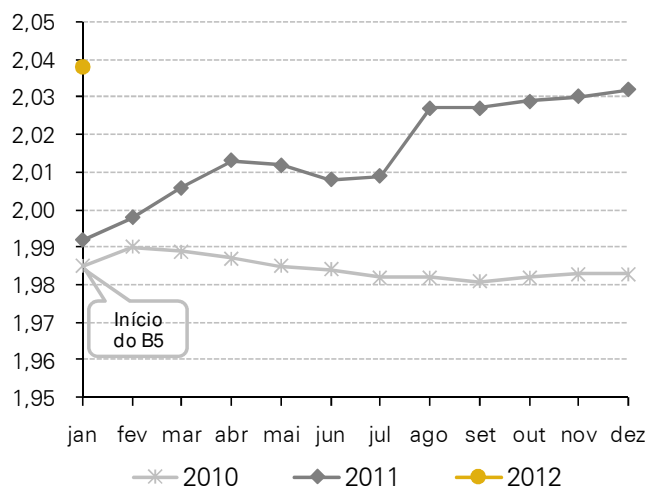
A produção nacional de biodiesel, em janeiro de 2012, foi de 174 mil m³, montante 7% inferior ao produzido em janeiro de 2011. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em janeiro de 2012, foi de R\$ 2,04/ℓ, valor 2,3% superior observado em janeiro de 2011.

**Produção de Biodiesel
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)***



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2011/2012 produziu, até o dia 1º de fevereiro de 2012, 22.650 mil m³ de álcool, sendo 14.044 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (62%). Em relação ao mesmo período da safra 2010/2011, houve uma diminuição de 27%.

A produção total de álcool foi 17% inferior em relação à safra anterior, puxada pela diminuição da produção do álcool hidratado.

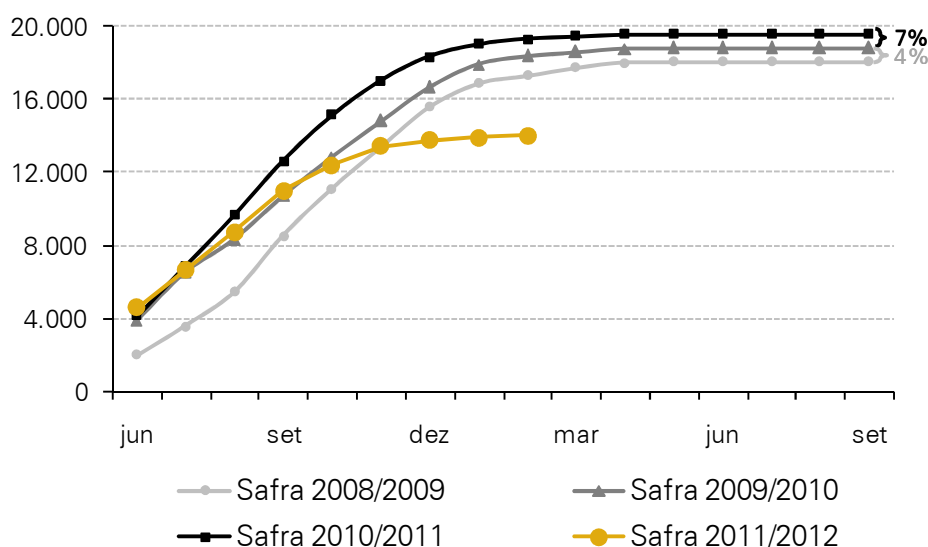
A produção de açúcar também apresentou queda. Até 1º de fevereiro de 2012, produziu-se 35.685 mil ton de açúcar, volume 4% inferior ao observado no mesmo período da safra 2010/2011.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2010/2011 (até 1º de fevereiro de 2011)	Safra 2011/2012 (até 1º de fevereiro de 2012)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	7.856	8.606	10
Álcool Hidratado (mil m ³)	19.296	14.044	-27
Total Álcool (mil m³)	27.153	22.650	-17
Açúcar (mil ton)	37.163	35.685	-4

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

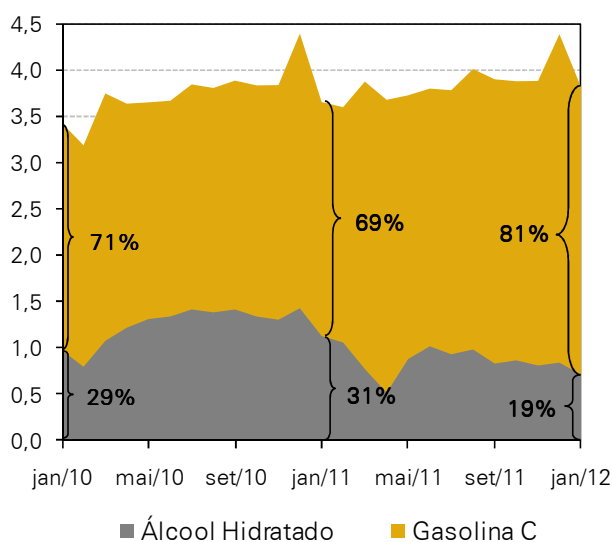
De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a estiagem ocorrida na Região Centro-Sul foi a principal responsável pela redução da oferta de cana-de-açúcar destinada à indústria sucroalcooleira na safra 2011/2012. A região concentra cerca de 80% da produção nacional.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 718 mil m³ em janeiro de 2012. Esse número representa uma diminuição de 37% em relação a janeiro de 2011.

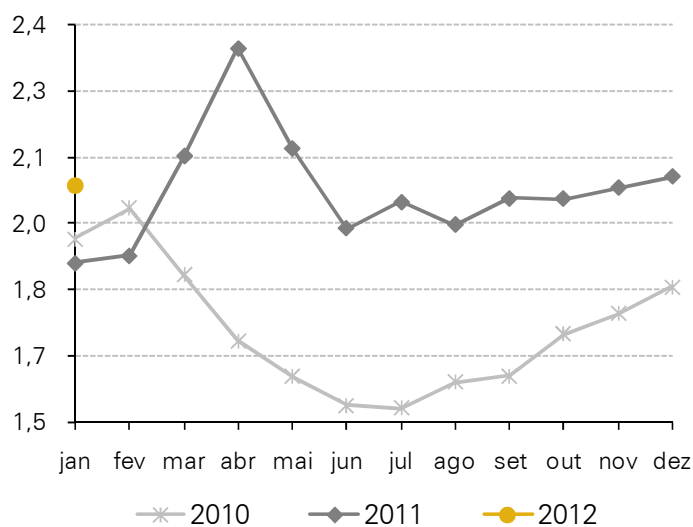
Em janeiro de 2012, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,03/ℓ, valor 9% superior ao registrado em janeiro de 2011.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹
(milhão m³)



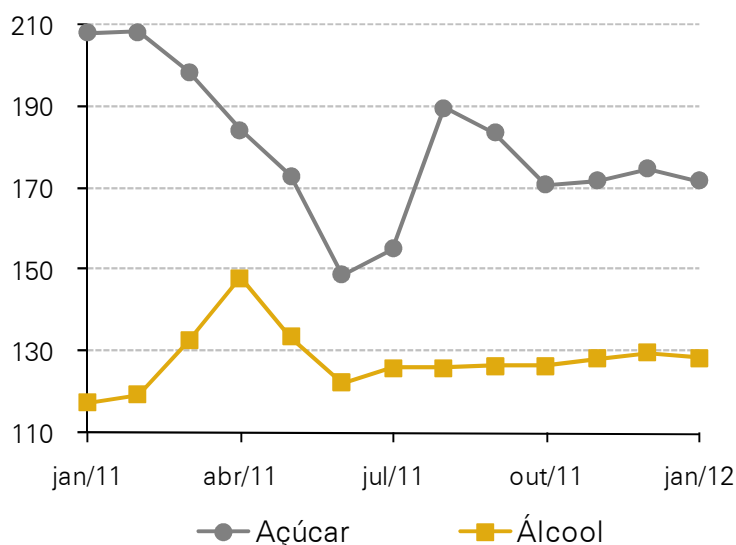
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado
(R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em janeiro de 2012, foi de 71.093 mil m³, representando um aumento de 7% comparado a média verificada em janeiro de 2011.

A importação de gás natural realizada pelo País em janeiro de 2012 foi de 21.640 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 66.271 mil m³/dia. Este montante é 9% superior ao observado em janeiro de 2011.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 37% em janeiro de 2012. Em janeiro de 2011, essa proporção havia sido de 42%.

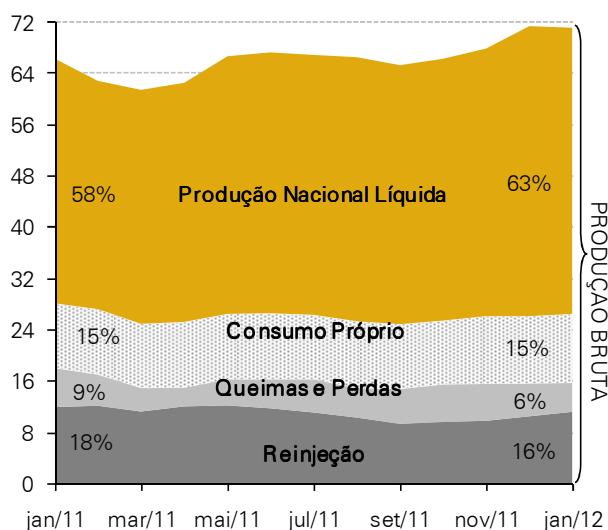
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em jan/2011	Média em jan/2012
Produção Nacional¹	66.256	71.093
- Reinjeção	12.006	11.256
- Queimas e Perdas	6.064	4.493
- Consumo Próprio	10.006	10.713
= Produção Nac. Líquida	38.180	44.631
+ Importação	22.858	21.640
= Oferta	61.038	66.271

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

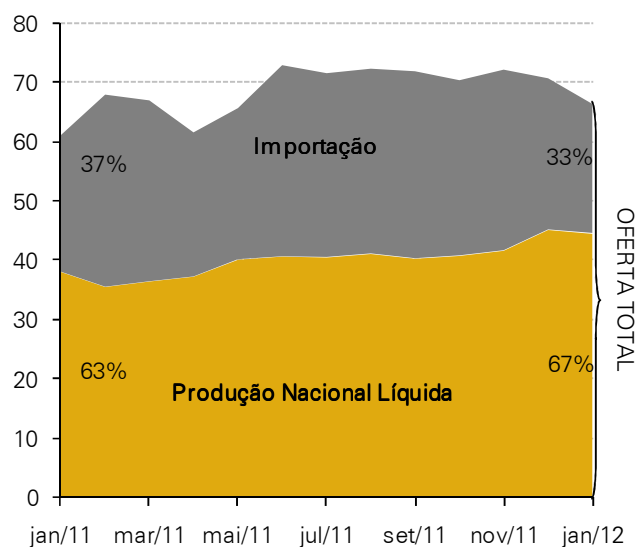
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em janeiro de 2012 foi, em média, de 45 milhões de m³/dia. Essa média é 4% superior ao volume médio diário consumido em janeiro de 2011.

O setor industrial, em janeiro de 2012, consumiu 28 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa um aumento de 6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 63% do volume total de gás consumido em janeiro de 2012.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)	Variação %
	jan/12	jan-2012 / jan-2011
Industrial	27.932	6
Automotivo	5.172	1
Residencial	709	12
Comercial	646	2
Geração Elétrica	6.292	0
Co-geração*	2.955	-8
Outros	955	29
Total	44.661	4

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

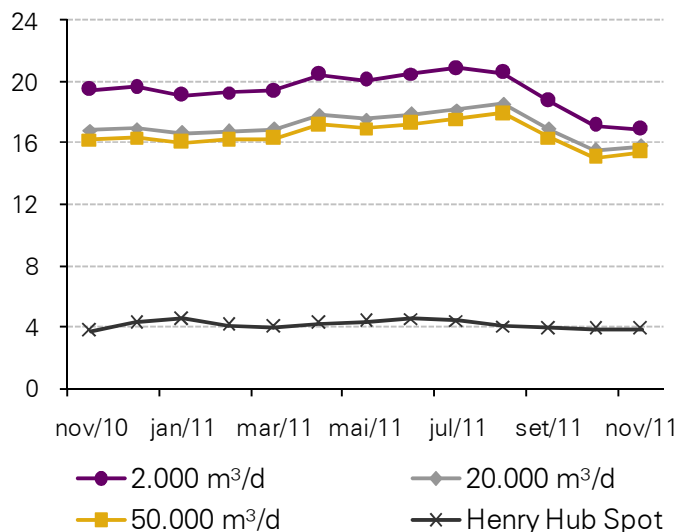
4.3. Preço do Gás Natural (MME)

Até o fechamento desta edição o Ministério de Minas e Energia não havia atualizado os dados para o mercado de gás em dezembro de 2011. Seguem as últimas informações disponíveis.

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em novembro de 2011, foi de US\$ 16,03/MMBtu, valor 8% inferior ao apresentado em novembro de 2010 (US\$ 17,51/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em novembro de 2011, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,84/MMBtu, valor 3% superior ao apresentado em novembro de 2010 (US\$ 3,71/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

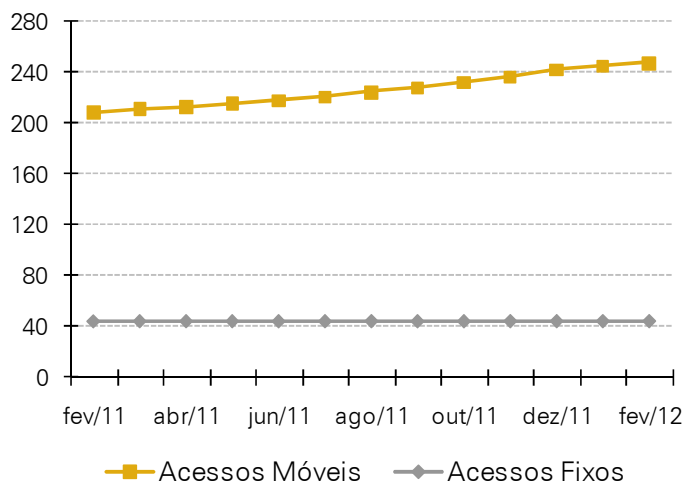
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em fevereiro de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 248 milhões, montante 19% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,5% ao mês.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em fevereiro de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,1 milhões, mesmo valor averiguado em fevereiro de 2011.

6. Transportes

6.1. Portos Públicos e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Até o fechamento dessa edição a Agência Nacional de Transportes Aquaviários não havia atualizado os dados de movimentação de carga para janeiro de 2012. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em dezembro de 2011, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve aumento de 9%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 3% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em dezembro de 2011, foi 7% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

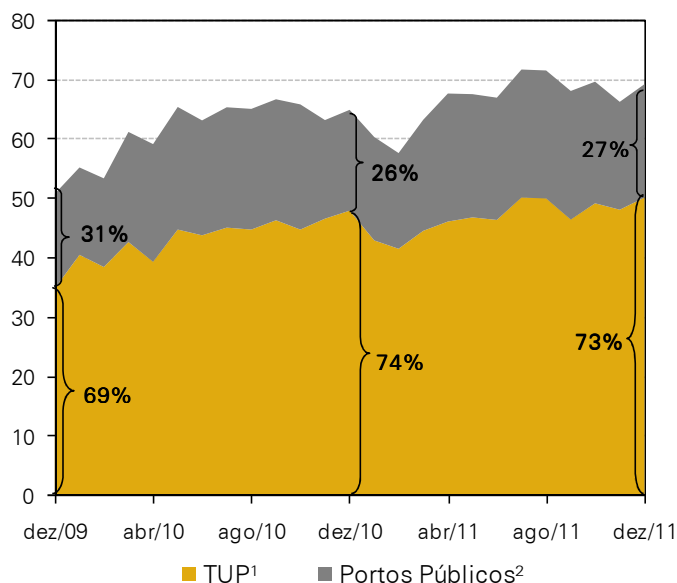
	Período	Variação %
	dez/2011	dez-2011 / dez-2010
Granel Sólido (a)	46.931	9%
<i>Portos Públicos</i>	14.039	11%
<i>TUPs</i>	32.892	9%
Granel Líquido (b)	18.693	3%
<i>Portos Públicos</i>	3.875	24%
<i>TUPs</i>	14.818	-1%
Carga Geral Solta (c)	3.725	-9%
<i>Portos Públicos</i>	1.156	-11%
<i>TUPs</i>	2.569	-8%
Total (a+b+c)	69.349	7%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)
Portos públicos (33 instalações)

Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), a movimentação total de carga em todos os portos públicos e TUPs atingiu, em 2011, 886 milhões de toneladas, valor 6,4% superior ao apresentado em 2010 (833 milhões de toneladas). No período de 2002 a 2011, o crescimento foi de 68%.

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

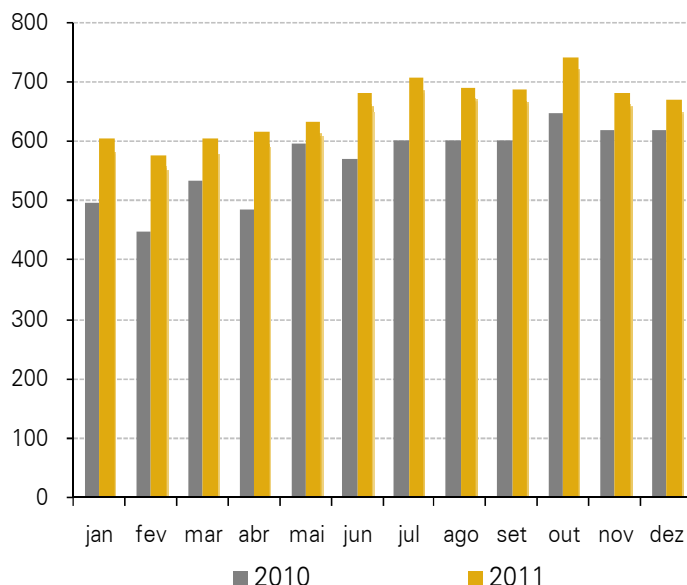


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (104 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

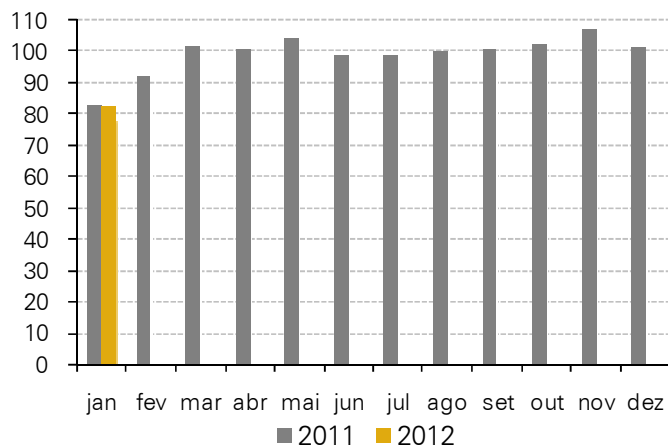
Em dezembro de 2011, os TUPs representaram 73% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 50.280 mil toneladas, volume 5% superior a dezembro de 2010. Os portos públicos movimentaram 19.070 mil toneladas em dezembro de 2011, volume 12% superior ao mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em dezembro de 2011 foi de 668.412 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 8% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o volume movimentado de contêineres alcançou 7,9 milhões de TEUs, volume 16% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

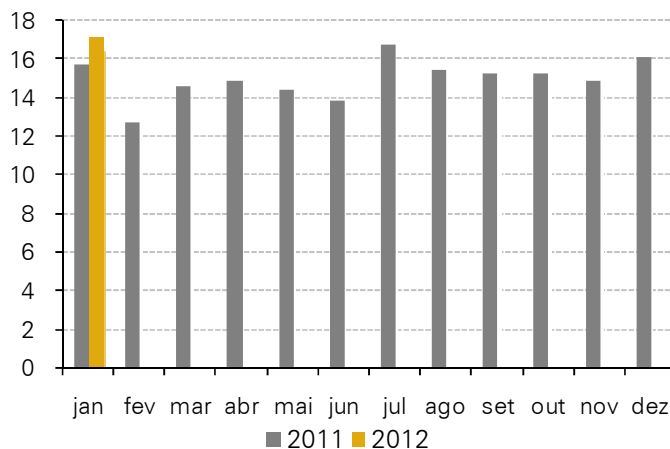
Em janeiro de 2012, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 9% superior à ocorrida no mesmo período de 2011. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

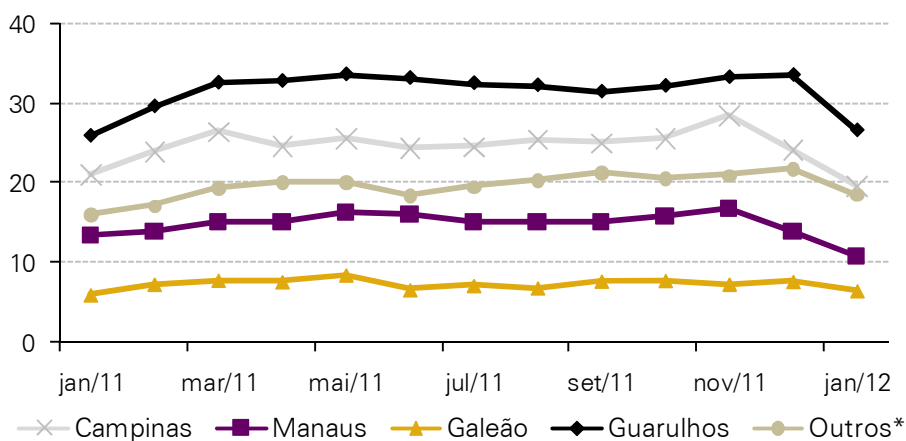
Movimentação mensal de Passageiros (mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Em janeiro de 2012, a movimentação de carga aérea total no País foi de 82 mil toneladas, número equivalente ao mesmo mês do ano anterior. No mesmo mês, 17,1 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 9% superior ao observado em janeiro de 2011.

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

¹ Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

*30 demais aeroportos da rede TECA não mencionados

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Janeiro (mil)	Varição (%)
2003	6.049	-
2004	6.560	8
2005	8.127	24
2006	9.303	14
2007	9.708	4
2008	9.998	3
2009	10.705	7
2010	13.383	25
2011	15.705	17
2012	17.111	9

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

Até o fechamento dessa edição a Agência Nacional de Transportes Terrestres não havia homologado os dados de movimentação de carga das ferrovias em fevereiro de 2012. Seguem as últimas informações disponíveis.

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em janeiro de 2012, foi de 32 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 8% inferior ao mesmo período de 2011. Nesse período, a carga geral não containerizada e soja e farelo de soja foram os setores que apresentaram maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias, 149% e 118% cada. O minério de ferro correspondeu a 78% do total movimentado (24.777 milhões de TUs) em janeiro de 2012.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan

Ano	2011	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan (mil TU)	Jan (mil TU)	mês-11/ mês-10
Minério de Ferro	26.907	24.777	-8
Indústria Siderúrgica	1.353	1.276	-6
Soja e Farelo de Soja	484	1.057	118
Carvão/Coque	1.054	839	-20
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	714	771	8
Produção Agrícola (exceto soja)	1.521	713	-53
Grãos Minerais	686	645	-6
Aubos e Fertilizantes	454	518	14
Indústria Cimenteira e Construção Civil	435	364	-16
Extração Vegetal e Celulose	374	358	-4
Cimento	260	194	-25
Container	200	176	-12
Carga Geral - Não Containerizada	8	19	149
Total	34.450	31.707	-8

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em fevereiro de 2012, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 47 milhões de toneladas, montante 3% inferior ao averiguado em fevereiro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	fev/2012	jan-fev/2012	fev-2012/ fev-2011	Acumulado do ano
Marítimo	44.317	85.223	-1	-5
Fluvial	850	1.249	-33	-45
Aéreo	113	229	-24	-4
Ferrovário	52	104	9	16
Rodoviário	755	1.680	-7	3
Outros*	627	1.345	-15	-4
Total	46.713	89.830	-3	-5

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento dessa edição o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não havia atualizado os dados referentes ao desembolso na área de infraestrutura para janeiro de 2012. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em dezembro de 2011, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 6,95 bilhões, valor 32% superior ao valor aportado em dezembro do ano anterior. Em 2011, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 56 bilhões, montante 27% inferior ao observado em 2010.

Desembolso mensal BNDES

Setor	dez/10 R\$ milhão	jan-dez/2010 R\$ milhão	dez/11 R\$ milhão	Participação %	jan-dez/2011 R\$ milhão	acum-11/acum-10 %
Refino e Álcool	290	28.712	606	9	4.466	-84
Energia Elétrica e Gás Natural	1.525	13.878	3.112	45	16.286	17
Saneamento	192	1.590	129	2	1.550	-3
Telecomunicações	106	2.104	359	5	3.108	48
Transporte	3.150	30.610	2.746	40	31.000	1
<i>Aéreo</i>	<i>104</i>	<i>571</i>	<i>10</i>	-	<i>395</i>	<i>-31</i>
<i>Aquaviário</i>	<i>365</i>	<i>1.565</i>	<i>366</i>	-	<i>1.981</i>	<i>27</i>
<i>Terrestre</i>	<i>2.682</i>	<i>28.474</i>	<i>2.370</i>	-	<i>28.624</i>	<i>1</i>
Total Infraestrutura	5.263	76.895	6.952	100	56.410	-27

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2012 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 81,2 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2012 ou 2% do PIB para 2011, de aproximadamente R\$ 4,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,7 bilhões, ou 22% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2012, foram empenhados, até o dia 29 de março, R\$ 6,4 bilhões (8% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 568 milhões. O pagamento realizado foi no valor de R\$ 501 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 6,5 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2012, R\$ 2 bilhões foram empenhados (12% do orçamento) até o dia 29 de março. Houve liquidação e pagamento de R\$ 19 milhões no período. Os restos a pagar pagos somam R\$ 1,3 bilhão.

Cerca de 78% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 379 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2012, cerca de R\$ 176 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 51,4 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 13% foram pagos até 29 de março (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 11% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2012, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 41,7 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 40% no Ministério das Cidades (R\$ 16,8 bilhões) e 37% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,5 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 7% do orçamento autorizado, até 29 de março. A liquidação realizada foi de R\$ 122 milhões e o montante pago do orçamento totalizou R\$ 104 milhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 7,6 bilhões. Restam R\$ 31,4 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2012, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 107 bilhões. Foram executados, até o primeiro bimestre, investimentos no valor de R\$ 12 bilhões, equivalentes a 12% da dotação autorizada para 2012. Esse valor foi 12% superior ao desembolsado em 2011, no mesmo período.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2012 foi de R\$ 97,1 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 12 bilhões, o que representa 12% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 81% da dotação autorizada para as estatais em 2012 e respondeu por 93% da despesa realizada até o primeiro bimestre do ano, num total de R\$ 11 bilhões (execução de 13% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 29/03/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.013	27	3	1	0	0	0	113	113	696
MAPA	1.825	0	0	0	0	0	0	75	75	869
MCT	1.729	157	9	29	2	8	0	120	128	945
MDIC	0	0	-	1	-	1	-	17	18	64
MME	112	8	7	1	1	1	1	12	13	27
M. Transportes	17.682	2.052	12	19	0	19	0	1.328	1.347	9.240
M. Comunicações	80	0	0	0	0	0	0	5	5	58
MMA	202	2	1	0	0	0	0	16	16	31
MDA	1.101	39	4	0	0	0	0	46	46	852
M. Defesa	9.260	1.863	20	316	3	315	3	659	973	2.915
M. Int. Nacional	6.472	443	7	44	1	27	0	492	519	5.120
M. das Cidades	8.923	141	2	8	0	8	0	519	527	10.244
Outros**	32.820	1.715	5	148	0	122	0	2.640	2.762	19.297
Total	81.220	6.449	8	568	1	501	1	6.043	6.544	50.357

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2012 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 29/03/2012*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.715	29	1	2	0	2	0	98	100	1.550
Hidroviário	379	6	2	3	1	3	1	3	6	238
Portuário	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	13.714	1.999	15	14	0	14	0	1.193	1.206	7.118
Outros	798	18	2	0	0	0	0	35	35	335
Total	17.682	2.052	12	19	0	19	0	1.328	1.347	9.240

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2012

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 29/03/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	176	(0)	71	105
União	5.862	(262)	638	4.962

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 29/03/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.422	(30)	1.257	9.135
União	51.359	(559)	5.405	45.395

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 29/03/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	951	21	2	0	0	0	0	22	22	508
M. Planejamento	2	0	0	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	1
MCT	0	0	-	0	-	0	-	12	12	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	630
MEC	2.848	0	0	0	0	0	0	186	186	833
MME	179	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	424	20	5	3	1	3	1	22	25	178
M. Saúde	1.669	341	20	52	3	52	3	170	222	3.217
M. Transportes	15.495	2.057	13	19	0	19	0	1.318	1.337	8.991
M. Cultura	301	297	99	0	0	0	0	1	1	28
MDA	200	0	0	0	0	0	0	7	7	187
M. Defesa	0	0	-	0	-	0	-	52	52	238
M. Integr. Nacional	2.748	230	8	38	1	21	1	326	347	2.569
M. Turismo	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Cidades	16.822	146	1	9	0	9	0	5.487	5.496	14.036
Total	41.718	3.112	7	122	0	104	0	7.603	7.706	31.415

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2012 Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 1º bím.
Minas e Energia	97.102	12.001
Comunicações	1.247	61
Transportes ¹	0	0
Defesa	7	0
Outros	8.653	331
Total	107.010	12.393

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 1º bím.
Produção Industrial	2.131	354
Energia Elétrica	10.534	543
Combustíveis Minerais	75.077	10.179
Transporte Aéreo	1.947	82
Transporte Hidroviário	2.418	48
Transportes Especiais	5.420	563

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 1º bím.
Indústria	1.368	332
Comunicações	1.245	61
Energia	96.004	11.670
Transporte	3.217	102

Fonte: Portaria n.º 20/2011 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 1º bím.
Grupo Eletrobrás	10.568	509
Grupo Petrobras	86.534	11.492
Cias DOCAS ²	1.112	10
Infraero ²	2.012	83

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 3 de abril de 2012.